

Processo: **NUP/80231/2021/CMP**

Porto, 14-11-2023

Referência: NUD/724338/2023/CMP (em resposta ao NUD/707193/2023/CMP)

Local: **Travessa da Arrábida, 374-396/ Rua da Arrábida**

Requerente: Leonor Pulido Valente Afonso

Assunto: Pré-avaliação de impacte arqueológico

## INFORMAÇÃO

Relativamente ao requerimento registado com o NUD/703757/2023/CMP através do qual são apresentados novos elementos do projeto, o Departamento Municipal de Gestão do Património Cultural/ Arqueologia verifica um aumento da área de afetação do subsolo pelo que se reitera no essencial a informação precedente (cf. NUD/591129/2021/CMP, de 18-11-2021):

(...)

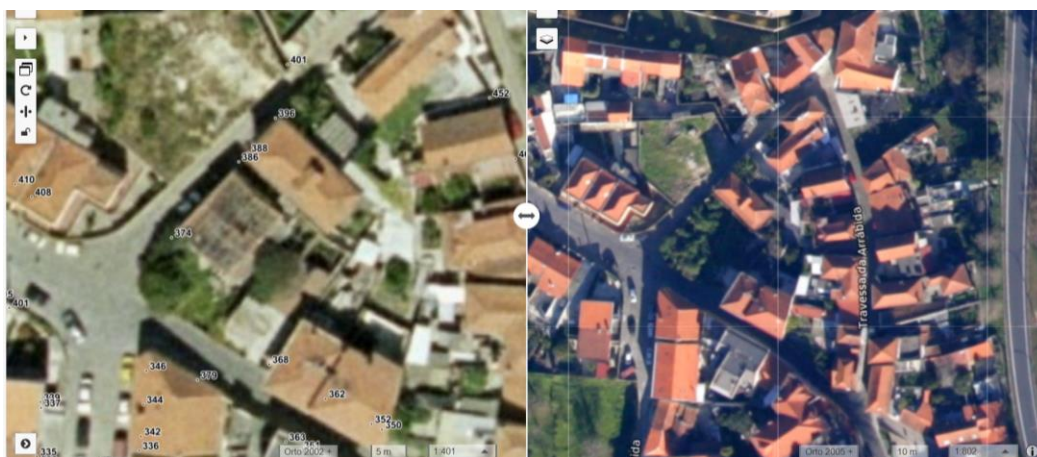
2. “O lugar da Arrábida implanta-se no Monte com a mesma designação e o seu topónimo – de origem árabe – remete-nos para um local de oração ou para a existência de uma estrutura física com ela relacionada. O seu povoamento, de cariz rural, ter-se-á desenvolvido na vertente poente desse morro, numa chã mais recuada sobre a linha do rio Douro, sobranceira ao lugar ribeirinho do Ouro. Era junto a esse lugar, segundo as Inquirições de 1258, que a via romana - então designada por “via veteris” - fazia a sua travessia no rio Douro. Na plataforma superior do morro existiu um importante reduto liberal durante o Cerco do Porto (1832-1834), localizado próximo da vertente voltada ao Douro.
3. Da análise cartográfica da cidade do Porto podemos constatar que a moradia que se pretende recuperar e ampliar apenas surge representada, pela primeira vez, em 1940, acompanhada de outras edificações (Figura 1<sup>1</sup>), em ruína a partir de 2002 e das quais subsistem alguns vestígios (Figura 2). Em finais do século XIX, no mesmo local, estávamos apenas em presença de terrenos agrícolas e as construções concentravam-se unicamente na área leste do terreno (*idem*), o que poderá ter contribuído para a preservação de eventuais vestígios relacionados com a ocupação antiga do sítio e que importa conhecer e caracterizar.” As alterações ao projeto, que justificaram a nova consulta a este serviço, apresentam um maior grau de afetação do lote coincidindo com esta área de maior potencial arqueológico.
4. Assim, da avaliação efetuada, através da análise da informação histórico-arqueológica disponível para o sítio e dos novos elementos do projeto, reiteramos o entendimento que **a execução da operação urbanística deverá ser enquadrada por intervenção arqueológica**, passando a contemplar **sondagens de avaliação prévia e acompanhamento em fase de obra**.

---

<sup>1</sup> Cartografias disponíveis em [GUIA Geovista \(cm-porto.net\)](http://guia.geovista.cm-porto.net)



| Figura 1



| Figura 2

5. Para o efeito, em fase de projeto de arquitetura, o requerente será habilitado com documento que contemple as **Condições de Execução da Intervenção Arqueológica**, para promover a consulta a firmas ou profissionais da especialidade. Após adjudicação da intervenção arqueológica, será submetido à aprovação da entidade da tutela (Direção Regional de Cultura do Norte/ Direção de Serviços dos Bens Culturais) um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos pelo(s) arqueólogo(s) diretor(es) científico(s).
6. Face ao exposto, nada temos a obstar à aprovação do presente pedido de informação prévia, devendo o processo ser novamente submetido à apreciação da DMPC/ Arqueologia em sede de licenciamento.

Carla Stockler  
Técnico Superior – Arqueóloga  
CMP.DMCP.DMGPC